



**INTERSECÇÕES ENTRE ECONOMIA POLÍTICA DAS CIDADES E
CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS: reflexões a partir da região
metropolitana da Baixada Santista (SP) e da produção de petróleo no pré-sal**

Luciano Duarte

Programa de Pós-graduação em Geografia da Unicamp
luciano.pduartes@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

As principais correntes tradicionais da Economia Espacial e da Geografia Econômica, mesmo seguindo escolas de pensamento profundamente distintas, guardam certas similitudes; dentre elas estão a localização industrial e o desenvolvimento regional, como destaca Ron Martin (1996). Todavia, continua esse geógrafo, as mudanças de paradigma presentes na globalização da economia, principalmente aquele tecno-econômico, ligado ao uso da informação, exigem novos conceitos e teorias capazes de explicar as novas dinâmicas locais das atividades econômicas e da dinâmica regional. Um caminho seria então a elaboração de uma Geografia Econômica multidimensional, na qual a análise se centraria na configuração específica de desenvolvimento desigual a partir da interação dos diversos níveis do processo econômico — em outras palavras, como os eventos econômicos ganham importâncias relativas de lugar para lugar, e modelam as diferenças entre regiões e localidades (MARTIN, 1996, p. 56-57).

Nesse sentido, a proposta teórico-metodológica centrada no conceito de circuito espacial da produção parece contribuir com uma nova proposta de Geografia Econômica. Sonia Barrios (2014) revela que tal metodologia tem como uma das principais preocupações a dinâmica regional, a entendendo enquanto expressão das múltiplas vinculações estabelecidas entre os agentes sociais atuantes nos planos econômicos e políticos, dispostos diferencialmente no espaço geográfico. Ao mesmo tempo, essa metodologia parte de uma perspectiva que busca reconhecer as ações e as vinculações que estabelecem os agentes econômicos numa dada região, entendendo, todavia, que os processos produtivos de que estes participam escapam aos limites daquele subespaço (ROFMAN, 1980).



A partir dessa proposta metodológica seria possível revelar a distribuição das infraestruturas produtivas e de consumo coletivo, da força de trabalho e dos recursos; ao mesmo tempo, se revelaria a forma como esses elementos são postos em relação entre si no processo produtivo (BARRIOS, 2014). Essa metodologia ainda se propõe a reconhecer a capacidade dos agentes econômicos de transformar a estrutura produtiva do espaço em que atuam (ROFMAN, 1980), mesmo que esta seja fruto de intervenções estatais, no sentido de criar condições para que setores hegemônicos participem do processo de acumulação (CARIOLA; MORENO, 1980).

2 – OS CONCEITOS DE CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NO ESPAÇO

Os estudos com base nos circuitos espaciais produtivos abrem a possibilidade de se discutir a “espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (MORAES, 1985, p. 4), entendendo, ao mesmo tempo, que tal espacialidade não deve ser compreendida em seu termo vulgar, de localização geométrica no espaço cartesiano, mas que as regiões, lugares e cidades onde cada etapa desse movimento se realiza ou que por eles perpassa são simultaneamente sujeitos e objetos das ações sociais (SANTOS, 1986). Desse modo, busca-se escapar daquelas análises puramente locacionais, tradicionais nos estudos de Economia Espacial e de Geografia Econômica clássicas, em que o espaço é visto unicamente como um fator da produção; preferimos uma compreensão que considere o espaço geográfico uma instância social, uma inércia dinâmica (SANTOS, 2008).

As grandes empresas de atuação planetária, muitas vezes formadoras de poderosos oligopólios — como é caso do setor de exploração e produção (E&P) de petróleo, se revelam na dinâmica social presente enquanto um dos agentes com maior capacidade de distribuir suas unidades e de acessar as áreas luminosas mais aptas a produzir, onde se encontrem os fatores de localização que atendam à sua particular divisão territorial do trabalho (SILVEIRA, 2011). Além disso, tais agentes econômicos são caracterizadas pelo poder de coordenação e controle de suas operações localizadas em diversos lugares e países (DICKEN, 2003), baseando-se sempre em novas formas e



estruturas administrativas capazes de tornar mais efetiva sua ação sobre as etapas produtivas dispersas horizontalmente (HYMER, 1978).

Primeiramente, as novas formas de organização das empresas ocorrem naquelas de forte integração vertical do trabalho, embasadas em um sistema orgânico de administração, que, ao criar e separar geograficamente suas atividades em departamentos e unidades com funções específicas, possibilita a racionalização da produção e maior incorporação dos progressos científicos (HYMER, 1978). Posteriormente, com o processo de desverticalização pelo que passaram as grandes multinacionais, novas formas de coordenação se tornam exigentes, capazes de controlar uma extensa rede de empresas independentes que se estabelece em torno dos processos produtivos (DICKEN, 2003).

No período atual, as principais formas de fazer cooperarem as etapas historicamente separadas entre empresas e lugares, além do controle dos movimentos complexos que essa divisão do trabalho produz, são realizadas sobretudo via fluxos imateriais, mediante mensagens, ordens, capitais e informações, formando verdadeiros círculos de cooperação (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Esses círculos imputam ao processo produtivo não só um inter-relacionamento entre as empresas que participam do ramo econômico, mas também destas com as demais empresas que, mesmo não atuando diretamente na atividade dominante, participam ofertando serviços, equipamentos e capitais necessários ao seu desenvolvimento, além de relações entre essas empresas, os poderes públicos e as instituições e organizações (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Nesse sentido, pode-se dizer que eles possuem o papel de fazer com que um grande conjunto de agentes, que não necessariamente mantém relações entre si no processo produtivo, aja de forma coordenada, de modo a comumente estimular e favorecer a ampliação das redes e do alcance dos circuitos espaciais produtivos (ANTAS JR, 2013).

Dessa forma, analisar metodologicamente os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação no período atual se torna cada vez mais complexo, em especial para aqueles que se estabelecem em diversas partes do mundo e igualmente são capazes de controlar e fazer colaborar uma miríade de agentes sociais. Por esse motivo, antes de reconhecer a forma como os lugares e agentes se articulam, por meio da circulação de matérias e informações, se faz necessário primeiramente identificar o principal produto de um determinado ramo produtivo (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Ao dar-se o enfoque no produto é possível distinguir as diversas etapas do processo produtivo e as interações existentes entre elas, assim como as demais que ela própria desencadeia e que a exigem para se realizarem. A partir da individualização das etapas por que passa o principal produto do ramo, mesmo que este parcialize a totalidade do processo, torna possível identificar os agentes que atuam nas atividades dominantes, consideradas como eixo central do circuito (ao redor do qual gira e articula-se todo o processo de determinação de preços e modalidades de acumulação), além das formas técnicas de produção que são centrais ao circuito e quais níveis de inovação tecnológica são por ele demandados (ROFMAN, 1980, p. 9-10).

3 – O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO PETRÓLEO

Segundo Alejandro Rofman (1999), no circuito do petróleo se reconhecem basicamente as seguintes etapas da produção: exploração e exploração, refino e venda. Mas, além dele, grande parte da literatura especializada no setor petrolífero encara tal ramo segundo um recorte analítico básico de segmentos da indústria, agrupando certas fases da produção nas quais atua um conjunto de empresas, sendo elas: o *upstream*, traduzido para o português como “a montante”; e o *downstream*, também chamado de “a jusante” (CARDOSO, 2005; D'ALMEIDA, 2015). Dentro do primeiro segmento, as atividades desempenhadas são basicamente aquelas de exploração e produção (E&P), nas quais as grandes empresas petroleiras (*oil companies*) desempenham papel central, contratando diversas empresas especializadas em técnicas e serviços utilizados em cada uma dessas atividades (PIQUET, 2012). Tais empresas contratadas, por sua vez, não produzem petróleo propriamente dito, mas proveem serviços de perfuração, interpretação de dados geológicos e geofísicos e logística (BRIDGE, 2008). A remuneração dessas empresas, conhecidas como parapetroleiras ou de serviço de prospecção, não depende diretamente do volume de petróleo produzido por suas contratantes, tampouco do preço dessa *commodity*, mas do valor de seus serviços e equipamentos contratualmente estabelecidos (D'ALMEIDA, 2015).

Ainda no segmento do *upstream*, autores como Masseron (1991) e Giraud e Boy de la Tour (1987) ainda reconhecem uma fase intermediária, muito ligada à produção, mas que se realiza antes dessa fase, de forma a preparar os poços produtores



para então iniciar a exploração do petróleo propriamente dita. Segundo esses autores, tal fase, chamada de “desenvolvimento”, se mostra cada vez mais importante nas produções em mar, dado o custo da instalação de um grande número de infraestruturas.

Não seguindo unicamente essa divisão de dois segmentos da indústria, autores como Brigde (2008) reconhecem um terceiro segmento, intermediário entre o *upstream* e o *downstream*, chamado de *midstream*. Neste, por sua vez, um conjunto de empresas desenvolve atividades de logística, transporte e armazenamento de petróleo, ainda bruto, atendendo ao complexo comércio internacional desse recurso. Outros autores não reconhecem tal segmento, dado o fato de algumas empresas internalizarem tais atividades, tanto aquelas que se voltam mais especificamente para o refino e distribuição de derivados, quanto aquelas extremamente verticalizadas, como é o caso da Petrobras.

Já o segmento do *downstream* seria composto basicamente pelas fases de refino, distribuição e comercialização, sendo o refino considerado como a fase “industrial” da atividade petrolífera, ou seja, quando a matéria-prima é processada em produtos “manufaturados” (D'ALMEIDA, 2015). Nesse sentido, pode-se dizer que nesse segmento há uma “segunda etapa da produção” no processo produtivo do petróleo, pois aquele recurso primário é “consumido” e derivado em outros produtos, basicamente combustíveis e diversos produtos petroquímicos (BRIGDE, 2008). O primeiro produto dessa “produção” aparece como um produto final; já o segundo servirá de recurso para outras múltiplas indústrias, que reprocessarão esse material, comercializando-o também como produto final. Ambos, por sua vez, se tornam passíveis de consumo, seja ele produtivo ou não.

A partir disso, se aplicado o conceito de processo produtivo, sendo ele composto pelas etapas de produção, circulação, troca e consumo, de modo a auxiliar a compreensão do circuito espacial produtivo, pode-se entender que cada uma dessas etapas se realizaria ao menos em duas fases da indústria do petróleo. Desse modo, seria possível, em certa medida, falar de um circuito do petróleo (bruto) e de outro circuito do petróleo e derivados: o primeiro se findaria na fase do refino, num consumo intermediário; e o segundo em diversos outros ramos da economia, enquanto consumo final produtivo, ou num consumo final não-produtivo.



Tal cisão analítica se mostra operacional, tendo em vista que um dos objetivos específicos aqui estabelecidos é o de discutir as transformações na economia política da Baixada Santista a partir da reorganização do circuito espacial produtivo do petróleo no Brasil, que, em muito, são impulsionadas pelas descobertas de grandes reservas, em especial aquelas localizadas em camada pré-sal. Como será observado mais à frente, essa região, e em especial a cidade de Santos, passam a participar de forma mais intensa desse circuito e, em certa medida, a ganhar maior centralidade no seu comando, dentre outras razões, pela instalação da Unidade de Operações da Bacia de Santos (UO-BS) da Petrobras.

4 – INTERSECÇÕES COM A ECONOMIA POLÍTICA DAS CIDADES

Quando uma nova divisão territorial do trabalho busca se fazer presente em novas parcelas do território, também enfrenta como resistência ou acolhimento o modo de sociabilização dos agentes e sujeitos sociais, que historicamente se constitui nos lugares. Dentre todos as dimensões da vida de relações que se estabelece nos lugares, aquele que mais (ou unicamente) interessa às grandes empresas é o da produção e comercialização de mercadorias, em especial aquelas necessárias a sua própria atividade produtiva. Nos lugares, principalmente nas grandes cidades, os agentes econômicos estabelecem verdadeiros sistemas interdependentes (ou circuitos) de produção, com suas próprias metodologias de ação prática, formas de cooperação, concorrência e hierarquias (SANTOS, 2009), muitas vezes incompatíveis com a lógica própria da nova divisão territorial do trabalho que se deseja realizar.

Assim como as formas físicas e materiais, há modos de organização da produção e do mercado que são próprios de períodos anteriores, ou seja, fundamentados em racionalidades e com dinâmicas particulares totalmente diferentes daquelas formas atuais, próprias do período da globalização. Por esse motivo, para que as empresas globais usem como recurso os produtos oriundos dessas outras formas de mercado e possam fazer cooperar (ou controlar) os agentes econômicos locais com sua particular divisão do trabalho, se mostra necessária, antes de tudo, a internalização de um novo economicismo. Faz-se imperioso, portanto, que se acentue a influência de um pensamento operacional e utilitarista, segundo os modelos de eficácia e eficiência



(RIBEIRO, 2013) até então estranhos aos agentes hegemônicos, mas extremamente fundamentados na racionalidade da globalização.

Independentemente do prisma com que se encare as formas geográficas, se simbólicas ou materiais, humanas ou não-humanas, normativas ou técnicas, invariavelmente elas são chamadas a responder a um novo momento da divisão territorial do trabalho, à reorganização de um circuito espacial produtivo e à tentativa dos agentes econômicos que os compõem de realizarem suas ações nos lugares onde ainda não se faziam presentes, de modo tal que seja viável considerar esse processo como um conjunto de eventos geográficos, pois ao se realizarem nos lugares eles “mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características (...); os eventos dissolvem as coisas, eles dissolvem as identidades, propondo-nos outras” (SANTOS, 2009, p. 146).

Outro conceito que pode contribuir fortemente para a compreensão da dupla dimensão dos eventos geográficos (verticalidades e horizontalidades) no período da globalização é o de impulsos globais. Os vetores que compõem esse fenômeno social, segundo Ana Clara Torres Ribeiro e Catia Antonia da Silva (2013, p. 157),

Instauram um espectro de consequências duradouras, estruturantes e transformadoras de segmentos dos espaços urbanos [dos lugares e das regiões], que alteram as condições objetivas e subjetivas da nova ação. Os impulsos globais são precedidos da difusão de crenças e seguidos de investimentos que multiplicam os seus efeitos, controlados por agentes econômicos e atores políticos articuladores dos mecanismos (...) da veloz frente de eventos da atual modernização (...) para o agir hegemônico — mais preciso, exato e minucioso —, a exploração de oportunidades implica na sua simultânea construção, através da quebra de complementaridades materiais e sociais indesejáveis, do alívio estudado de sobrecargas históricas, da redução de exigências, inclusive jurídicas e, sobretudo da ampliação do saber gestor.

A partir dos conceitos de evento geográfico e de impulso global, se torna possível lidar com o conceito de economia política da cidade enquanto uma combinação de verticalidades: vetores que transportam novas ordens distantes, estranhas ao lugar, impostos pelas ações e movimentos dos agentes hegemônicos; e horizontalidades, formadas por pessoas e instituições numa área contígua (SANTOS, 2003). Nessa fertilização cruzada criam-se, portanto, situações geográficas particulares, com elementos passados, cristalizados na paisagem e no meio ambiente construído, e novas



formas e dinâmicas, trazidas pelo movimento do mundo e das novas divisões territoriais do trabalho.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA POLÍTICA DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

As principais etapas do circuito produtivo do petróleo que passam a se desenvolver na RMBS são aquelas de exploração e produção. O reconhecimento dessas etapas e de suas características se mostram relevantes, pois cada uma diferentemente exige dos lugares formas particulares para sua realização: enquanto a exploração, por estar mais ligada ao tratamento de informações sobre as bacias sedimentares, campos e jazidas de petróleo, exige uma economia e agentes relacionados aos setores terciário superior ou quaternário, a produção (e o desenvolvimento), por se basear mais na montagem e no movimento de mercadorias, equipamentos, objetos e sistemas técnicos, demanda uma base econômica mais próxima do setor secundário e grande número de agentes fornecedores. portanto, nesta parte do texto será trabalhada com mais atenção a forma como as etapas relacionadas à atividade de exploração se fazem presentes na Baixada Santista, nesse caso mais pontualmente na cidade de Santos, e como estas estabelecem solidariedades entre lugares e agentes distantes e servem, ao mesmo tempo, à ação mais efetiva da produção.

Primeiramente, é importante destacar que o principal vetor externo ao lugar responsável por desenvolver especificamente as etapas de exploração e produção do circuito produtivo do petróleo, e não as demais, e portanto por buscar dar novos conteúdos à Baixada Santista, é a Petrobras. Tal movimento é condicionado ao mesmo tempo pelas novas descobertas de óleo na Bacia de Santos e pelos processos de licitação dos blocos exploratórios e campos produtores, que estabeleceram como principal empresa operadora dessas áreas a Petrobras. A partir disso e com base em estratégias administrativas, a empresa estatal vê a necessidade de, na Baixada Santista, mais especificamente na cidade de Santos, instalar uma nova Unidade de Operações de Exploração e Produção voltada especificamente para a Bacia de Santos e aquelas novas descobertas.



Uma das Unidades Operacionais que passaram recentemente por um processo vertiginoso de ampliação das atividades desenvolvidas e pela alocação de novos funcionários foi justamente a Unidade de Operações da Bacia de Santos (UO-BS). Ela inicia suas atividades em 2006, ainda sob a estrutura de governança anteriormente estabelecida pela empresa, de unidade de negócios, em que seus escritórios descentralizados tinham como função principal o desenvolvimento do campo de Mexilhão, além de outros poucos blocos de exploração presentes na Bacia de Santos. Nesse momento, a unidade possuía poucos funcionários e suas instalações se resumiam a alguns espaços alugados em edifícios espalhados pela cidade de Santos.

Motivada pelas novas descobertas do Pré-sal, a empresa então decide expandir tal unidade, fazendo com que fosse gerada a necessidade da construção de um prédio próprio, capaz de abrigar todas as antigas funções e que ainda possuísse a capacidade de receber outras novas. Para a realização de tal vontade, se fez necessário ativar dois processos que possuem escalas e sentidos completamente distintos mas, no entanto, profundamente complementares e contraditórios, que ao mesmo tempo transformam a divisão territorial do trabalho de uma empresa e a vida de relações do lugar — novamente, as verticalidades e horizontalidades.

Dentre os diversos processos que compõem o segundo vetor, das horizontalidades, um que se revela muito significativo foi o da compra do terreno onde atualmente se encontra o principal edifício da UO-BS. Durante esse processo, foi tecida uma complexa e nebulosa trama de negociações entre a empresa e o poder público local, tendo como resultado a venda de parte de um terreno recém-adquirido por ela à Petrobras. O que se mostra como elemento mais relevante desse processo é a relação estabelecida entre a localização desse terreno, em uma área do centro histórico da cidade, conhecida como Valongo, até então marcada pela presença de grandes galpões vinculados à antiga estação ferroviária ali instalada (SILVA, 2013); e os processos de refuncionalização dessa área, engendrados pelo programa de “revitalização” da prefeitura chamado Alegria Centro.

A partir dos elementos apresentados, se torna possível apontar tanto para uma nova economia política da urbanização, ou seja, da repartição no espaço dos instrumentos de trabalho, dos fatores de produção e do emprego, como também para uma nova economia política da cidade — em outras palavras, como esse lugar



materialmente se organiza e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar nesse momento (SANTOS, 2009), nessa nova divisão territorial do trabalho.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTAS JR, Ricardo Mendes. Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro. **Anais do XIV Encuentro de Geografos de América Latina (EGAL)**. Lima, 2013.
- BARRIOS, Sonia. Dinâmica Social e espaço (Tradução: Luciano Duarte; Gustavo Teramatsu). **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 4, n. 2, p. 351-368, 2014.
- BRIDGE, Gavin. Global production and the extractive sector: governing resources-based development. **Journal of Economic Geography**. Oxford, vol. 8, p. 389-419, abril, 2008.
- CARIOLA, Cecilia; MORENO, Oscar. Metodologia socio-política del MORVEN. In. BARRIOS, Sonia (org.) **MORVEN: Metodologia para el diagnostico regional**. Caracas: CENDES, 1980.
- CARDOSO, Luiz Cláudio. **Petróleo: do poço ao posto**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2005.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 22 (3), p. 461-474, dez, 2010.
- D'ALMEIDA, Albino Lopes. **Indústria do petróleo no Brasil e no mundo: formação, desenvolvimento e ambiente atual**. São Paulo: Blucher, 2015.
- DICKEN, Peter. **Global shift: reshaping the global economic map in the 21st century**. London: SAGE Publications Ltd, 2003.
- GIRAURD, André; BOY DE LA TOUR, Xavier. **Géopolitique du pétrole et du gaz**. Paris: Éditions Technip, 1987.
- HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais: a internacionalização do capital**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.



- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço**. São Paulo, 1985 (mimeo).
- MASSERON, Jean. **L'économie des hydrocarbures**. Paris: Éditions Technip, 1991.
- PIQUET, Rosélia. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In. MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob. **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X / Editora da FAPERJ, 2012.
- PIQUET, Rosélia. O lugar do regional na indústria do petróleo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 14, n.1, p. 51-63, maio, 2012b.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. In. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Volume 5**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – Volume 5**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.
- ROFMAN, Alejandro. Notas sobre sub-sistemas espaciales y circuitos de acumulacion regional. In. BARRIOS, Sonia (org.) **MORVEN: Metodologia para el diagnostico regional**. Caracas: CENDES, 1980.
- ROFMAN, Alejandro. **Las economías regionales a fines del siglo XX: los circuitos del petróleo, del carbón e del azúcar**. Buenos Aires: Ariel, 1999.
- SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In. BARRIOS, Sonia (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In. LIMA, Luiz Cruz (org.). **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: Eduece, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no fim do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- SILVA, Rodrigo Fernandes. Território e federação. Renovação das materialidades e compensação financeira pela exploração de recursos territoriais. **Universidade**



Estadual de Campinas (Unicamp) – Instituto de Geociências, Campinas, 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. O lugar defronte os oligopólios. In. DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Augusto Avelino (Orgs.). **Lugar-mundo: perversidades e solidariedades.** Natal: EDUFRN, 2011.

VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidades: as dinâmicas. In. ACSELRAD, Henri (coorg.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.